

EDITORIAL



Em seu quarto volume, segundo número de 2013, a *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, publicada pela Escola Superior de Polícia (CESP) da Academia Nacional de Polícia do Departamento de Polícia Federal faz-se presente mais uma vez.

Além da seleção de cinco artigos das Ciências Policiais com o foco fortemente centrado nas discussões sobre a atividade de inteligência policial, mas também abordando aspectos conceituais da atividade de polícia judiciária e da investigação criminal, este número da RBCP conta com uma resenha sobre a relevante obra de referência na área documentoscópica, recentemente lançada.

No primeiro artigo da revista, *Reflexões sobre o Conceito de Inteligência*, Henrique Figueiredo Monteiro de Oliveira discute a base conceitual dessa atividade, de forma ampla e considerando autores internacionais consagrados, como Sherman Kent. O autor reconhece os componentes fundamentais e a multiplicidade de significados relacionados ao conceito de inteligência, bem como os riscos de uma definição ampla e imprecisa para o desenvolvimento da atividade. No encerramento do artigo, Henrique Figueiredo ressalta a conveniência de se restringir as dimensões do conceito trino de inteligência, proposto por Kent.

Na sequência, ainda discutindo na seara da Inteligência, Mariana Paranhos Calderon, no artigo *A Evolução do Direito de Acesso à Informação até a Culminância na Lei n.º. 12.527/2011*, apresenta uma rica argumentação sobre o direito fundamental de acesso à informação, revendo a evolução da legislação internacional e brasileira sobre o tema. Ao longo do texto, a autora aponta as limitações e a regulamentação vigente e sua relação com o desempenho da atividade de inteligência policial, considerando o contraponto do direito do cidadão ao sigilo de informação pessoal fornecida a órgãos estatais.

A seguir, o terceiro artigo, *Aplicabilidade da Teoria dos Poderes Implícitos na Atividade de Polícia Judiciária*, de João Conrado Ponte de Almeida, traz uma análise da possibilidade de aplicação da Teoria dos Poderes Implícitos, resultante de decisão judicial da Suprema Corte Americana, à investigação criminal na atual ordem constitucional brasileira. O autor realizou estudos na legislação relacionada ao tema, orientando-se pelos conhecimentos da doutrina e da jurisprudência dos tribunais superiores. Considerando a busca de maior eficiência no desempenho da atividade de polícia judiciária, o Ponte de Almeida defende a aplicação da teoria em debate, resguardados os limites do sistema jurídico (garantias legais e constitucionais dos envolvidos).

Moderna Visão do Indiciamento Penal no Curso Investigativo, o quarto artigo, de autoria de Marcelo Zago Gomes Ferreira, atualiza a concepção do indiciamento penal, conforme o entendimento da teoria da *Tríplice Opinio Delicti* e as diretrizes da nova Lei 12.830/13, que trata da investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia. O autor discute as alterações no enfoque conferido aos procedimentos investigativos e, encerra suas reflexões, defendendo o papel do instituto jurídico do indiciamento penal, como bastião dos direitos do cidadão.

O quinto e último artigo publicado neste número da revista é: *O Emprego da Análise de Risco como Ferramenta da Inteligência Estratégica*, de Carlos Eduardo Pires de Albuquerque e Felipe Scarpelli de Andrade. Consiste numa proposta de aprimoramento do emprego da análise de risco como suporte ao processo decisório na atividade de inteligência estratégica, que considera diferentes cenários prospectivos. Em conclusão, o trabalho recomenda a utilização conjunta de conceitos e o investimento em pesquisa científica específica, a fim de consolidar a aplicação da análise de risco e outros mecanismos similares de auxílio à tomada de decisão relacionada à Segurança Pública.

A resenha de Aline Thaís Bruni apresenta e discute o livro *Documentoscopia: aspectos jurídicos, técnicos e científicos*, organizado por Erick Simões da Camara e Silva e Samuel Feuerharmel, que conta ainda com a autoria em colaboração de Bruno Rodrigues Trindade, Jorge Jardim Zacca, José Roberto Riston, Narumi Pereira Lima e Simone Cabanelas Martinez, e foi recentemente lançado pela Millennium Editora.

Lembro que nossas revistas estão integralmente disponíveis eletronicamente na internet no **Portal de Periódicos Eletrônicos da ANP**, no endereço: *http://periodicos.dpf.gov.br*.

Por fim, como de hábito, agradeço o interesse e a atenção dispensados às nossas publicações, tanto no apoio e colaboração necessários na etapa de preparação, quanto na leitura atenta do resultado obtido a cada novo exemplar. Continuamos no esforço de ampliar o alcance da divulgação das ciências policiais. Aguardamos sua colaboração!

GUILHERME HENRIQUE BRAGA DE MIRANDA

EDITOR

